



Prefeitura de São Roque - SP
Professor Adjunto de Educação Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos	1
Coesão e coerência textuais	2
Intertextualidade	4
Polifonia	6
A Língua: norma culta E variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	7
Língua padrão: ortografia	10
Acentuação	14
Pontuação	17
Semântica: denotação e conotação. sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Sentido denotativo e conotativo (figurado)	22
Figuras de linguagem	31
Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras	37
Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições	39
Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas	52
Concordância nominal e verbal	62
Regência nominal e verbal	66
Crase	74
Sintaxe de colocação	75
Vícios de linguagem	78
Questões	82
Gabarito	97

SUMÁRIO



MATEMÁTICA

Estruturas lógicas	1
Lógica da argumentação	11
Diagramas lógicos	17
Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações.....	21
Múltiplos e divisores	35
Números Primos.....	39
Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns	41
Expressões numéricas	44
Equações do 1º e 2º graus	46
Sistemas de equações do 1º e 2º graus	53
Funções do 1º e 2º grau	58
Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro	64
Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal	80
Números e grandezas proporcionais, razões e proporções.....	85
Regra de três simples e composta	88
Porcentagem	90
Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante.....	93
Média Aritmética simples e ponderada.....	95
Problemas envolvendo os itens do programa proposto	97
Questões	102
Gabarito.....	110

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	1
Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas; Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	5



LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição Federal 1988: CAPÍTULO III - Seção I - DA EDUCAÇÃO – artigos 205 ao 214.....	1
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (arts. 53 a 59)	7
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	9
Resolução CNE/CP nº 4, de 13 de julho de 2010 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	42
Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica.....	60
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências	70
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	93
Decreto nº 12.686 de 20 de outubro de 2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.....	101
Questões	108
Gabarito.....	114

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A criança e a educação infantil: história, concepções	1
Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil.....	2
Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos.....	12
Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar	14
Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro	19
Avaliação na educação infantil	37
O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.....	41
O professor de educação infantil.....	49
Família e instituição.....	51
Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades.....	53
Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	56
Teoria e Prática da Educação.....	60
Conhecimentos Político-Pedagógicos.....	61

SUMÁRIO



Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal	63
Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	71
Colegiados escolares	79
Projetos político-pedagógicos	82
A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar.....	82
Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdo do ensino e da aprendizagem.....	84
Conhecimento na escola	86
A organização do tempo e do espaço	89
Avaliação escolar	91
Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva	93
Cotidiano escolar: relações de poder na escola.....	95
Currículo e cultura	96
Tendências pedagógicas na prática escolar.....	101
Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro	104
Questões	107
Gabarito.....	113

SUMÁRIO



A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- Referencial: transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
 - Emotiva: expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
 - Conativa: busca provocar uma ação no receptor (ex: ordens, pedidos);
 - Fática: verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
 - Metalinguística: usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
 - Poética: valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).
- Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem compreensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- Narração: relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- Descrição: apresenta características de seres, lugares, objetos;
- Dissertação: expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- Injunção: orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- Exposição: apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$. Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”



Conhecimentos Gerais

São Roque¹ é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, inserido na Região Metropolitana de Sorocaba, na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e na Microrregião de Sorocaba. Situa-se à latitude 23°31'45" Sul e à longitude 47°08'07" Oeste, a uma altitude de 771 metros. De acordo com estimativas do IBGE para 2025, sua população era de 81.366 habitantes, distribuídos em uma área de 307,55 km², composta por 106 bairros. O município é constituído pela sede e pelos distritos de Canguera, Mailasqui e São João Novo. Também é reconhecido como a cidade pioneira na incorporação da celebração do Halloween em seu calendário oficial, atraindo grande número de visitantes.



Localização de São Roque no estado de São Paulo

HISTÓRIA

Casa Grande e Capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque. Edificada por volta de 1640, representa um relevante exemplar de casa bandeirista.

Fundada na segunda metade do século XVII pelo bandeirante Pedro Vaz de Barros — mais conhecido como Vaz-Guaçu — a cidade teve origem a partir de uma extensa fazenda e de uma capela construída por ele no local. A capela — situada onde atualmente se encontra a Praça da Matriz — foi erguida em devoção a São Roque, possivelmente com o propósito de evitar perseguições ou investigações relacionadas à prática do judaísmo.

Pedro Vaz de Barros era filho de Jerônimo Pedroso e Joana Vaz de Barros, cristãos-novos nascidos em Lisboa, Portugal. A fazenda dedicava-se ao cultivo de vinhedos e trigais, utilizando inicialmente mão de obra indígena e, posteriormente, escravizados africanos. Pouco tempo após a instalação dessa propriedade, o irmão de Pedro Vaz — Fernão Paes de Barros — também se estabeleceu em São Roque, seguindo modelo semelhante ao do irmão, fundando uma fazenda e uma capela, esta dedicada a Santo Antônio.

A capela original dedicada a São Roque, assim como as igrejas barrocas que a sucederam no Largo da Matriz, foram demolidas e gradualmente modernizadas, assim como toda a paisagem ao redor do Largo. Registros indicam que, até a década de 1940, o Largo da Matriz era composto por um conjunto arquitetônico barroco, cercado por grandes casarões.

Antes de ser elevada à categoria de vila em 1832, a localidade foi declarada freguesia de Santana de Parnaíba, no ano de 1764. Em 1864, passou à condição de município. Entre 1872 e 1875, foram inauguradas a Santa Casa de Misericórdia e a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. No final do século XIX, sua economia foi impulsionada pela chegada de imigrantes italianos e, sobretudo, ingleses.

¹ [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_\(S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_(S%C3%A3o_Paulo))



Legislação Educacional

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)



A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem assumido crescente relevância no cenário educacional brasileiro. Ao longo das últimas décadas, avanços legais e teóricos consolidaram essa etapa como direito da criança e dever do Estado, superando antigas concepções assistencialistas e higienistas. Contudo, compreender a Educação Infantil exige, antes de tudo, conhecer como a infância foi historicamente construída como categoria social, e como isso influenciou (e ainda influencia) as práticas pedagógicas.

Historicamente, a criança foi vista de diversas formas: como “pequeno adulto”, como sujeito passivo, como propriedade da família ou do Estado. A pedagogia moderna, porém, passou a reconhecer a criança como sujeito de direitos, ativa, potente, dotada de linguagem e cultura próprias. Essa mudança de paradigma refletiu-se nas políticas públicas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas práticas pedagógicas mais contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO COMO SUJEITO

A noção de infância nem sempre existiu como a conhecemos hoje. No século XIII e XIV, por exemplo, a criança era vista como um adulto em miniatura. Segundo o historiador Philippe Ariès, em sua obra clássica *História Social da Criança e da Família*, a ideia de infância como uma fase distinta da vida surge somente a partir da modernidade, com o advento da escola, da imprensa e da medicina.

Durante séculos, a infância foi marcada pela exclusão social e pela negligência. Crianças pobres eram frequentemente entregues ao trabalho desde muito cedo, e sua educação não era uma prioridade social. Com o iluminismo e o surgimento do pensamento pedagógico moderno — notadamente com Rousseau e sua obra *Emílio*, ou da Educação —, começa a surgir uma visão mais humanizada da criança, reconhecendo sua especificidade e necessidade de proteção e formação.

No Brasil, o reconhecimento da infância como uma fase singular é tardio. Até o século XIX, a educação das crianças era responsabilidade da família ou da Igreja. Apenas no século XX, com o avanço dos direitos sociais, começa-se a institucionalizar políticas para a infância. A partir da década de 1980, com a redemocratização, surgem movimentos em defesa da criança e do adolescente, culminando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 — marco fundamental na garantia de direitos dessa população.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA NA PEDAGOGIA: DO ASSISTENCIALISMO AO PROTAGONISMO INFANTIL

As práticas pedagógicas sempre refletiram as concepções predominantes sobre a infância. Tradicionalmente, a criança era vista como um ser incompleto, carente de cuidados e de formação moral. Essa visão resultava em práticas educativas voltadas para a disciplina, a moralização e a preparação para a vida adulta, sem considerar os saberes e interesses da própria criança.

Durante grande parte do século XX, a Educação Infantil teve caráter assistencialista, ligada à saúde, higiene e alimentação. A função pedagógica das creches e pré-escolas era secundarizada. No entanto, com o avanço das teorias do desenvolvimento infantil — especialmente com Piaget, Vygotsky, Wallon e, mais tarde, Emília Ferreiro —, começou-se a compreender a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos, interpretar o mundo e interagir de maneira significativa com o meio.

Essa mudança teórica impulsionou novas práticas pedagógicas, centradas na escuta da criança, no brincar, na linguagem e na valorização da cultura infantil. A concepção atual, defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e pela BNCC (2017), é a de uma criança potente, curiosa, competente e cidadã desde o nascimento, com direito a ser respeitada em sua singularidade.